

**DECRETO Nº 24.832****APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SAS) Nº 01/2014, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM,**  
Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Fica aprovada a **Instrução Normativa do Sistema de Assistência Social - SAS nº. 01/2014**, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que dispõe sobre os procedimentos de controle interno a serem observados no âmbito do Poder executivo da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, que faz parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º.** Caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e à Controladoria Interna de Governo a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 30 de setembro de 2014

**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS**  
**Prefeito Municipal**

*Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SAS Nº. 001/201**

**Versão:** 01

**Aprovação em:** 30/09/2014

**Ato de aprovação:** Decreto Executivo nº 24.832/2014

**Unidade Responsável:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

**Instrução Normativa do Sistema de Assistência Social****CAPÍTULO I**  
**DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA**

**Art. 1º** – Normatizar e disciplinar os procedimentos de organização e manutenção do Cadastro de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social, a Concessão de Auxílio e Benefícios e o Atendimento aos Usuários da Assistência Social no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

**Art. 2º** – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social abrange também, Políticas setoriais de Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único – São equipamentos da Assistência Social: O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Serviço de Acolhimento Institucional Municipal para criança, adolescente e jovem e Entidades conveniadas.

**CAPÍTULO II**  
**DOS CONCEITOS**

**Art. 3º** – Para fins desta Instrução Normativa adotam-se os seguintes conceitos:

I – Assistência Social: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, são Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS. A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia.

II – Centro de Referência da Assistência Social - CRAS: É a unidade pública municipal de execução dos serviços de Proteção Social Básica, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

III - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS: É a unidade pública de abrangência e gestão municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. Tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

IV – Cadastro Único: É um instrumento que possibilita a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Serve como referência para a participação em programas sociais de concessão de benefícios, tais como: Bolsa Família, Tarifa Social - Energia Elétrica, Carteira do Idoso - Transporte Interestadual, Programas Habitacionais, dentre outros;

V – Risco Social: Conjunto de fatores sociais que determinam o acesso às informações, serviços, bens culturais, as restrições ao exercício da cidadania, exposição à violência, grau de prioridade política. Estar em situação de risco pessoal e social significa ter os direitos violados, ou estar em situação de contingência.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA BASE LEGAL E REGULAMENTAR**

**Art. 4º** – As orientações e procedimentos contidos nesta Instrução Normativa obedecem aos dispositivos estabelecidos nas seguintes legislações e normas de controle:

I – Constituição Federal – 1988;

II – Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004

III – LEI Nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

IV – Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2012

V – Lei Municipal 6.775/2013;

VI – Decreto Municipal 24.078/2013;

VII – Resoluções – TCEES 227/2011 e 257/2013.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS RESPONSABILIDADES**  
**Do Órgão Central do Sistema Administrativo**  
**(Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social)**

**Art. 5º** – São responsabilidades do Órgão Central do Sistema Administrativo:

I – Promover a divulgação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada;

II – Orientar as áreas executoras e supervisionar a sua aplicação;

III – Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Unidade Central de Controle Interno, para definir as Rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão

**Das Unidades Executoras**  
**(Todas as Unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social)**

**Art. 6º** – São responsabilidades das Unidades Executoras:

I – Atender as solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa (SEMDES), quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização;

II – Alertar à unidade responsável pela Instrução Normativa sobre as alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III – Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores municipais, velando pelo fiel cumprimento desta;

IV – Cumprir fielmente as determinações desta Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

**Da Unidade Central do Controle Interno (UCCI):**

**Art. 7º** – São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno:

I – Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos;

II – Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao Sistema de Assistência Social, propondo alterações nesta IN para aprimoramento dos controles da Assistência Social.

**CAPÍTULO V**  
**DOS PROCEDIMENTOS**  
**Seção I**  
**Do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**

**Art. 8º** – As ações de proteção social básica, desenvolvidas nos CRAS e em suas áreas de abrangências, compreendem:

I – Cadastro Único: registro de informações que servem como referência para a participação em programas sociais de concessão de benefícios, tais como: Bolsa Família, Tarifa Social - Energia Elétrica, Carteira do Idoso - Transporte Interestadual, Programas Habitacionais, dentre outros;

II – Atendimento social: Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa; concessão de benefícios eventuais, tais como: cesta básica, vale-transporte e fotos para documentação; elaboração do plano de ação de cada família; acompanhamento das famílias, com prioridade às beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda; busca ativa das famílias prioritárias nos serviços e articulação/encaminhamentos para a rede socioassistencial.

III– Ações socioeducativas: para crianças e adolescentes, jovens, adultos e famílias e pessoas idosas. Acontecem a partir da participação em grupos de famílias e ou indivíduos nas atividades educativas, de convivência e de incentivo ao protagonismo;

IV – Outros Serviços e Projetos Complementares: grupos específicos, como crianças, adolescentes e jovens, participantes de projetos realizados em parceria com órgãos governamentais ou não governamentais, entidades e projetos e Sociais envolvendo a participação da comunidade. Acontecem em diversas áreas e podem ser desenvolvidos nas Entidades Socioassistenciais.

V – Serviços de Proteção Social Básica: Conjunto organizado de ações que atendem às necessidades individuais e coletivas da população-alvo.

§ 1º – As modalidades de serviços ofertados são:

I – Proteção e atendimento integral à família - PAIF;

II – Convivência e fortalecimento de vínculos;

III – Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

§ 2º – O acesso aos benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais fazem parte da proteção social básica. Assim, os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, instituído pelo governo federal, formam um dos públicos prioritários da Proteção Social Básica.

## **Seção II**

### **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**

**Art. 9º** – No CREAS são realizados os serviços de acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contra-referência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários;

estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

Parágrafo único – O atendimento, personalizado e continuado, exige intervenções especializadas e acontece desde a escuta, feita por profissionais dos equipamentos de Assistência Social, até os encaminhamentos para a rede de proteção social especial e o sistema de garantia de direitos.

**Art. 10** – Dentre as várias atribuições, constituem objetivos principais do CREAS:

I – Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;

II – Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;

III – Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;

IV – Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família;

V – Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos;

VI – Prevenir a reincidência de violações de direitos.

**Art. 11** – No CREAS são atendidas (os):

I – Crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência doméstica e/ou intra familiar, que acontecem nas situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência física, psicológica e negligência, afastamento do convívio familiar por medida socioeducativa ou de proteção, discriminação, e outras situações.

II – Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade).

III – Mulheres e pessoas idosas, vítimas de violência doméstica/intra familiar.

IV – Famílias e indivíduos em situação de rua, pessoas acolhidas ou egressas do Serviço de Acolhimento Institucional.

**Art. 12** – O acesso aos Serviços do CREAS se dará por meio de identificação e encaminhamento de outros Serviços Socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais, dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, do Sistema de Segurança Pública e por Demanda espontânea.

Parágrafo único – Todo e qualquer atendimento será registrado e acompanhado pela equipe técnica da Assistência Social.

**Art. 13** – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deverá manter atualizado o cadastro sócio-econômico de pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social atendidos pelos serviços de assistência social do município.

Parágrafo único – Para o cadastramento serão necessários os seguintes documentos:

I – Responsável legal pela família.

a) Carteira de Trabalho ou Carteira de Identidade;

b) CPF;

c) Título de Eleitor.

II – Para os demais membros.

a) Carteira de Identificação;

b) CPF;

c) Título de Eleitor;

d) Certidão de nascimento ou casamento.

**Art. 14** – Todas as famílias e pessoas a serem atendidas nos diversos equipamentos da Assistência Social, deverão ser devidamente cadastradas, bem como para participação nos Programas do Governo Federal, deverão também ser cadastradas no Cadastro Único.

**Art. 15** – Considerando a previsão de sigilo dos dados contidos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo e bem como as finalidades de sua utilização e conforme orienta a Portaria MDS nº 10 de 30/01/2012 e demais legislações, os dados referentes ao Cadastro Único somente poderão ser cedidos a terceiros, para as finalidades específicas de Programas Sociais;

Parágrafo único – A utilização indevida dos dados do Cadastro Único acarretará de sanções civis e penais na forma da lei, bem como ações administrativas cabíveis.

**Art. 16** – Ao realizar o atendimento aos beneficiários, os atendentes deverão providenciar a revisão cadastral das famílias, caso necessário, mantendo o Cadastro Único sempre atualizado.

Parágrafo único – O Cadastro Único da família e/ou sua atualização deverá ser realizado independentemente se forem atendidos pelo CRAS - rede de proteção básica, CREAS - rede de proteção social especial e Plantão Social para casos isolados, eventuais, pontuais e/ou emergenciais.

**Art. 17** – Após identificar o Tipo de Atendimento a ser prestado ao usuário, o mesmo deverá ser encaminhado para a equipe de atendimento.

Parágrafo único – Simultaneamente ao processo de Cadastro e Identificação do Tipo de Atendimento, os (as) atendentes deverão providenciar o registro da solicitação feita pelo usuário.

**Art. 18** – Todo o beneficiário deverá passar por uma entrevista individual realizada por profissional da área de Assistência Social. Havendo necessidade, o Assistente Social deverá efetuar visitas domiciliares para conhecimento e estudo da realidade socioeconômica familiar para desenvolver estratégias em conjunto para prevenção e enfrentamento destas, devendo ainda:

I – Investigar e certificar a hipossuficiência econômico-financeira das pessoas cadastradas;

II – Avaliar os pedidos de assistência formulados, emitindo parecer a respeito;

**Art. 19** – Para todo benefício cedido à pessoa em estado de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social deverá ser emitido um Protocolo de Atendimento, que deverá ser assinado pelo usuário e pelo profissional que o atendeu.

**Art. 20** – Para cada grupo familiar atendido deverá ser preenchido o Prontuário Social devidamente datado e numerado onde ficarão registradas, cronologicamente, todas as informações coletadas sobre a família, os encaminhamentos realizados, os benefícios concedidos, visitas domiciliares realizadas, possíveis retornos, participação nos grupos de convivência e demais ações.

Parágrafo único – As famílias deverão ser atendidas/acompanhadas enquanto durar a situação de vulnerabilidade social, sendo desligadas do serviço quando finalizado todos os atendimentos necessários, esgotando todas as possibilidades disponíveis, ou ainda, o atendimento poderá ser interrompido quando a família transferir residência para outro município ou por desistência espontânea.

**Art. 21** – Dentre os usuários da Assistência Social, o público alvo prioritário deverá ser os beneficiários dos Programas de Transferência de Renda (BPC, Bolsa Família e outros) e família e/ou indivíduos, com registro de fragilidades, vulnerabilidade e presença de vitimizações entre seus membros.

Parágrafo único – As famílias deverão ser encaminhadas aos demais serviços, programas, projetos e benefícios disponíveis, sendo o atendimento efetivado através da Rede Socioassistencial, que se configura num conjunto integrado de ações que ofertam e operam os serviços, programas e projetos da Assistência Social: CRAS, CREAS e Entidades conveniadas.

**Art. 22** – Todo o Controle e Gerenciamento institucional das Ações relacionadas à Assistência Social, ocorridas no Município de Cachoeiro de Itapemirim, deverão ocorrer através de equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – No mínimo, mensalmente, a Vigilância Socioassistencial emitir relatórios gerenciais e demonstrativos, para a gestão e análise das Ações da Assistência Social.

## **CAPÍTULO VI CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 23** – Todos os envolvidos nos processos da área de Assistência Social devem atentar-se para o atendimento pleno das disposições contidas nesta IN.

**Art. 24** – As dúvidas e/ou omissões geradas por esta IN deverão ser solucionadas junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Unidade Central de Controle Interno.

**Art. 25** – Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim, 30 de setembro de 2014

THIAGO VIANA PEREIRA  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social